

PT *Sul*

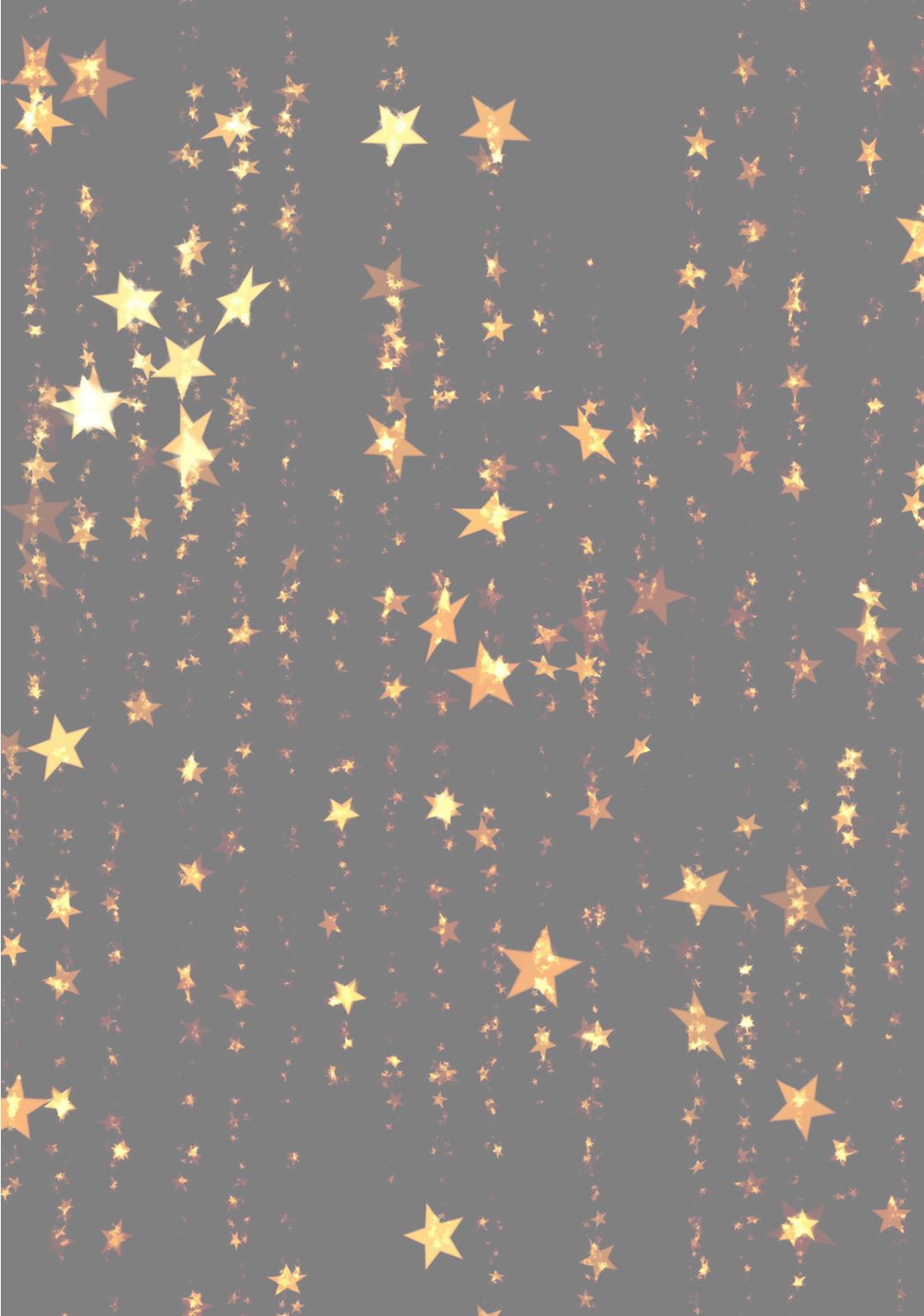
★ ★ ★ 35 ANOS ★ ★ ★

BANCADA DO PT NA ALRS



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul





★ ★ ★ 35 ANOS ★ ★ ★
BANCADA DO PT NA ALRS

Sumário

35 anos de compromisso com o Rio Grande	04
Primeira Bancada	07
Segunda Bancada	13
Terceira Bancada	19
Quarta Bancada	25
Quinta Bancada	31
Sexta Bancada	37
Sétima Bancada	41
Oitava Bancada	49
Nona Bancada	57
Décima Bancada	65
Expediente	70



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul

35 anos de compromisso com o Rio Grande

No ano de 2022 completamos 35 anos da posse da primeira Bancada do PT na Assembleia Legislativa. Naquele fevereiro de 1987, completávamos apenas sete anos da fundação do Partido, onde, em nosso manifesto, já defendíamos – em 1980 – que “a Nação é o povo e, por isso, o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras”.

Legislatura após legislatura fomos pavimentando uma trajetória de compromisso com o povo do Rio Grande do Sul, fazendo da defesa dos direitos da classe trabalhadora, da luta por políticas públicas e serviços públicos de qualidade, a nossa marca coletiva. Da nossa primeira bancada – composta por Raul Pont, Adão Pretto, Selvino Heck e José Fortunatti – recebemos um legado que renovamos e fortalecemos a cada quatro anos: o da ampla defesa da participação popular, da transparência e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde 1999, o povo gaúcho tem nos concedido, através do voto, a honra e a responsabilidade de ser a maior bancada do Parlamento Gaúcho, seja na condição de situação, nos governos Olívio e Tarso, seja enquanto oposição aos governos neoliberais. No entanto, somente em 2009, fomos eleitos, pela primeira vez, para a Presidência da ALRS, com o deputado Ivar Pavan, fruto de um longo processo de diálogo com os demais partidos do Legislativo, que resultou em um acordo de gestão da Casa pelas maiores bancadas a cada Legislatura.

Este documento resgata e atualiza um pequeno histórico publicado por ocasião dos 20 anos da Bancada do PT. Como afirmou, naquela ocasião, o nosso líder Flávio Koutzii, “esta é uma obra que nos orgulha”. É uma história de lutas, resistências, conquistas e avanços. Uma história construída não apenas pelos homens e mulheres eleitos e eleitas. Mas por milhares de pessoas, militantes ou não, que com o seu trabalho ou seu voto de confiança atuaram na construção deste projeto generoso, de desenvolvimento, igualdade e inclusão social.

São 35 anos de atuação parlamentar alicerçada nos princípios de-

mocráticos. São 35 anos que trabalhamos pela construção de um Estado cada vez melhor para se viver e trabalhar. Saímos das urnas, em outubro, novamente como a maior bancada da ALRS, com 11 mandatos e mais um mandato do PCdoB, eleito na nossa Federação Partidária.

Fomos eleitos reafirmando nosso compromisso histórico em defesa da democracia, dos direitos e dos serviços públicos, o qual iremos cumprir no exercício de uma oposição consequente e responsável ao governo do Estado e no apoio ao governo do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. Afinal, como diz o manifesto de fundação do nosso Partido, “a mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista”.

Pepe Vargas

Líder da Bancada do PT na ALRS



Adão
Preto



José
Fortunatti



Raul Pont



Selvino
Heck



Primeira Bancada

1987 - 1990

Governador: Pedro Simon (PMDB)



Contexto Histórico

Guerra à educação e aos movimentos sociais

Este foi um período de fortes conflitos entre governo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul. O magistério realiza greves históricas e o MST promove marchas em diversas cidades para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. O governador Pedro Simon cassa na justiça o piso salarial dos professores fixado em 2,5 salários-mínimos, aprofundando a crise com o magistério.

A Assembleia Legislativa aprova uma nova Constituição para o Estado. Paralelamente, também instaura uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades na rede pública de ensino. A CPI é presidida pelo deputado Raul Pont.

O Estado entra em uma situação de insolvência financeira. A promessa de colocar as finanças públicas em dia não se concretiza. Na verdade, o governo Simon rola a dívida, concentrando 63% do vencimento dos débitos na gestão seguinte. Três meses antes da eleição, o governador licita um grande número de obras viárias, sem lastro financeiro necessário, que ficam conhecidas como “Estradas de Papel”.

Seis meses antes de deixar o governo, Simon deflagra uma intensa campanha publicitária, patrocinada pelo Estado, com promoção pessoal do governador. A bancada ingressa com Ação Popular, que condena o ex governador a ressarcir aos cofres públicos parte das despesas.

Principais projetos da bancada

Projetos de lei

Cria o Seguro Agrícola Estadual.

Autor: Adão Preto

Aprovado e vetado pelo governador.

Liquida o Fundo Especial de Previdência Parlamentar (FEPPA) com vistas à sua extinção, proibindo a admissão de novos associados.

Autora: Bancada

Aprovado - **Lei 9.150**, de 1990.

Isenta do pagamento de passagem no transporte coletivo interestadual aposentados com renda até dois salários mínimos mensais.

Autor: Adão Preto

Aprovado e vetado pelo governador.

Destina terras devolutas (áreas sem proprietários ou pertencentes ao Estado) para reforma agrária e assentamentos urbanos.

Autor: Selvino Heck

Rejeitado.

Obriga laboratórios a realizarem testes para detecção do vírus da AIDS.

Autor: Selvino Heck

Aprovado e vetado pelo governador.

Institui eleição direta para diretores e vice-diretores de escolas estaduais.

Autor: Raul Pont

Arquivado.

Institui gratuidade no transporte coletivo metropolitano e intermunicipal para idosos e portadores de deficiência carentes.

Autor: Selvino Heck

Aprovado e vetado pelo governador.

Principais propostas defendidas pela bancada na Constituinte Estadual

Criação da Universidade Estadual.

Com a derrota da emenda, o PT sustentou a proposta de destinar 0,5% da receita do Estado para o financiamento do ensino superior. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul só foi implantada em 2001 pelo governo Olivio Dutra.

Eleição direta do presidente do Instituto de Previdência do Estado com direito a voto para segurados.

Teto salarial de 20 vezes o menor padrão de vencimento do funcionalismo.

A proposta foi rejeitada e a diferença entre o menor e o maior salário pago pelo Estado só aumentou. Na época, a diferença estava em torno de 100 vezes.

Redução do recesso parlamentar.

Rejeitada na Constituinte, a proposta foi reapresentada em todas as legislaturas seguintes. Depois de 16 anos, a medida finalmente passou a vigorar. O recesso foi reduzido de 90 para 54 dias a partir de 2006.

Proibição de indicação de deputado estadual em exercício de mandato para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Extensão de direitos dos servidores civis do Estado para os servidores militares.

40 horas semanais, horas-extras e adicional sobre o trabalho noturno.

Isonomia salarial para o funcionalismo.

Salário igual para servidores que desempenham a mesma função no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Criação do Conselho dos Usuários para fiscalizar serviços públicos.

Reestruturação e desmilitarização da Brigada Militar.

Direito de associação de caráter sindical para cabos e soldados da BM.

Composição do Tribunal de Contas por quadros de carreira.



Antônio
Marangon



Flavio
Koutzii



Ivar
Pavan



Luiz Carlos
Casagrande



Marcos
Rolim



Segunda Bancada

1991 - 1994

Governador: Alceu Collares (PDT)



Contexto Histórico

Collares acirra conflitos com o magistério

O período é marcado por intensos protestos de professores, estudantes e pais contra a política educacional, comandada pela secretária Neuza Canabarro. A implantação do Calendário Rotativo gera revolta nas escolas e desestrutura a rotina das famílias. O Executivo acaba com a eleição direta para diretores e vice-diretores de instituições de ensino, alegando que os cargos eram de confiança e, portanto, de livre nomeação do governador.

Denúncias de corrupção envolvendo a administração estadual originam a CPI da Propina, proposta pelo PT e presidida pelo deputado Flavio Koutzii. Também por iniciativa da bancada petista é instaurada na Assembléia Legislativa a CPI da Espionagem para localizar arquivos do extinto DOPS e elucidar atividades dos órgãos de segurança no RS. A comissão é presidida pelo deputado Antônio Marangon.

Principais projetos da bancada

Projetos de lei

Institui a Tribuna Popular na Assembléia Legislativa.

Autor: Luiz Carlos Casagrande

Rejeitado

Institui o Código Unificado do Meio Ambiente.

Autor: Ivar Pavan

Arquivado

Estabelece incentivos fiscais para atividades culturais

Autor: Marcos Rolim

Aprovado - **Lei 9.634**, de 1991.

Proíbe o assédio sexual no local de trabalho.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado - **Lei 9.810**, de 1992.

Estabelece regras para o licenciamento de atividades poluidoras no RS.

Autor: Ivar Pavan

Vetado parcialmente **Lei 9.506**, de 1991.

Institui a Reforma Psiquiátrica, extinguindo progressivamente os hospitais psiquiátricos e regulamentando a internação compulsória.

Autor: **Marcos Rolim**

Aprovado - **Lei 9716**, de 1991.

Garante liberdade de representação e organização sindical para servidores públicos.

Autor: Flávio Koutzii

Aprovado - **Lei 9.536**, de 1991.

Permite que qualquer cidadão ou entidade encaminhe denúncias de irregularidades na administração pública ao TCE.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado - **Lei 9.478**, de de 1991.

Cria o Conselho Estadual de Educação.

Autor: Flavio Koutzii

Aprovado - **Lei 9.672**, de 1992.

Obriga o tratamento e as internações de portadores de AIDS em hospitais públicos e conveniados ao SUS no RS.

Autor: Flavio Koutzii

Aprovado - **Lei 9.494**, de 1991.

Destina 5% de todas as operações de crédito efetuadas pelas instituições financeiras do Estado para o Fundo Estadual de Terras (Funterra), cujos recursos são destinados à compra de áreas para a refoma agrária.

Autor: Ivar Pavan

Aprovado e vetado pelo governador.

Inclui posseiros, arrendatários e ocupantes da categoria de microprodutor rural.

Autor: Ivar Pavan

Aprovado - **Lei 10.255**, de 1994.

Extingue a Justiça Militar Estadual.

Autor: Flavio Koutzii

Rejeitado.

Estabelece o repasse direto, automático e trimestral de recursos para conservação e manutenção de escolas estaduais.

Autor: Bancada

Aprovado - **Lei 9.723**, de 1992.

Projetos de resolução

Amplia o prazo regimental para apresentação de emendas as leis orçamentárias.

Autor: Flavio Koutzii

Aprovado - **Resolução 2.422**, de 1992.

Emenda ao orçamento destinando **10% da Receita Tributária Líquida para a saúde**, um importante passo para a constitucionalização dos percentuais a serem aplicados em saúde.

Aprovada.



Flavio
Koutzii*



Elvino
Bohn Gass*



José
Gomes



Marcos
Rolim



Luciana
Genro



Pepe
Vargas



Luiz Carlos
Casagrande



Cecília
Hypolito*



Terceira Bancada

1995 - 1998

Governador: ANTÔNIO BRITTO (PMDB)

*Suplentes que assumiram durante a legislatura:



Contexto Histórico

Privatizações, demissões e dinheiro público para multinacionais

Na onda do neoliberalismo, Britto desestrutura o setor público no Rio Grande do Sul. Extingue diversos órgãos estaduais - Companhia Estadual de Habitação, Cinteia e Caixa Econômica Estadual. Através do Programa de Demissões Voluntárias (PDV), demite 12.104 servidores só na administração direta, sendo 6.866 professores e 1.664 funcionários da segurança pública.

A dita “modernização do Estado” comandada pelo PMDB privatizou a CRT, parte da CEEE e das estradas gaúchas, com instalação de 34 praças de pedágio. Os recursos das privatizações, que representaram o equivalente ao orçamento de um ano, foram usados para cobrir o rombo orçamentário produzido pela gestão temerária de Antônio Britto, que triplicou a dívida do Estado e abriu os cofres públicos para grandes empresas, com benefícios fiscais. Além disso, o governador foi responsável por assinar o famigerado acordo da dívida com a União, em condições leoninas, comprometendo o orçamento futuro do RS.

Principais Projetos

Projetos de lei

Regulamenta vistoria em presídios.

Autor: Marcos Rolim

Arquivado.

Amanhã da Agricultura.

Pacote com cinco projetos de lei de incentivo à agricultura familiar e à reforma agrária nos mesmos moldes dos benefícios concedidos à GM.

Autor: Bancada

Arquivado.

Estabelece o pagamento do cheque-seca nas mesmas condições do empréstimo concedido à Ford.

Autor: Bancada

Arquivado.

Cria o banco de dados sobre violência, prevendo a publicação pelo Estado dos índices de criminalidade, a cada três meses.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado e vetado pelo governador.

Estabelece que a propaganda do governo deve ter caráter educativo, informativo e de orientação social, proibindo exageros e simulações em relação a obras, serviços ou programas públicos.

Autor: Bancada

Arquivado.

Altera o estatuto da Brigada Militar.

Permite a livre manifestação de pensamento e de convicções políticas pelos praças, assegurando direito de defesa em processos administrativos, acabando com a prisão domiciliar e com a necessidade de autorização para o casamento de soldados.

Autor: José Gomes

Aprovado e vetado pelo governador.

Institui o Programa de Renda Mínima Familiar.

Autor: Pepe Vargas

Arquivado.

Altera a lei estadual que trata da inspeção de produtos de origem animal.

Autor: Elvino Bohn Gass

Arquivado.

Determina atendimento obrigatório nos hospitais públicos dos casos de aborto previstos em lei.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado e vetado pelo governador.

Estabelece proteção, auxílio e assistência do Estado às vítimas de violência.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado - Lei 11.314, de 1995.

Dispõe sobre o controle de resíduos resultantes do uso de anabolizantes em animais para consumo.

Autor: Luiz Carlos Casagrande

Aprovado - **Lei 10.689**, de 9 de janeiro de 1996.

Destina terras devolutas (áreas sem proprietários ou pertencentes ao Estado) para reforma agrária e assentamentos urbanos.

Autor: Pepe Vargas

Aprovado - Lei 10.851/1995.

Estabelece regras para instalação de pedágios no Rio Grande do Sul, com direito a rotas alternativas.

Autor: Bancada

Obriga cartórios a darem publicidade à legislação que garante gratuidade de registros de nascimento e óbitos para pessoas carentes.

Autor: Luiz Carlos Casagrande

Aprovado - **Lei 10.693**, de 9 de janeiro de 1996.

Proíbe cobranças de taxas em escolas públicas do RS.

Autor: Luiz Carlos Casagrande

Aprovado - **Lei 10.875**, de 11 de dezembro de 1996.

Projetos de Lei Complementar

Prevê demissão para servidores da área da segurança pública que praticarem atos de tortura e maus tratos.

Autor: Marcos Rolim

Aprovado - **Lei Complementar 10.981**, de 1997.

Regulamenta o artigo 68 da Constituição Estadual, que trata dos projetos de iniciativa popular.

Autor: Flavio Koutzii

Rejeitado.

Propostas de Emenda Constitucional

Garante à Assembleia Legislativa acesso a informações de inspeções, mesmo parciais, realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado em órgãos públicos.

Autor: Flavio Koutzii

Arquivado.



Cecília
Hypolito



Dionilso
Marcon



Edson
Portilho



Elvino
Bohn Gass



Flavio
Koutzii



Ivar
Pavan



José
Gomes*



Luciana
Genro



Luís
Fernando
Schmidt



Maria do
Rosário



Paulo
Pimenta



Ronaldo
Zulke



Roque
Grazziotin



Quarta Bancada

1999 - 2002

Governador: OLÍVIO DUTRA (PT)

*Suplentes que assumiram durante a legislatura:



Contexto histórico

A democratização do Estado enfrenta a oposição conservadora

O governo da Frente Popular enfrenta uma oposição conservadora e feroz. Mesmo assim, consegue implantar seus principais projetos: Orçamento Participativo, Universidade Estadual, Seguro Agrícola, Primeiro Emprego, Família Cidadã, Coletivos de Trabalho, Municipalização Solidária da Saúde e Fundo Estadual de Financiamento de Hospitais. Por outro lado, não obtém maioria para alterar a matriz tributária, reduzindo a carga de impostos de mais de 40 setores, e nem para instituir o teto salarial para o funcionalismo.

Olívio Dutra recupera a estrutura do Estado, criando as secretarias de Habitação, do Meio Ambiente e da Reforma Agrária, e realizando concursos públicos para áreas de ponta como educação, segurança e saúde. De 1999 a 2002 o número de servidores aumentou em 13.727, especialmente com nomeações para o Magistério.

Na área do desenvolvimento econômico, a Frente Popular implanta diversos programas de apoio aos sistemas locais de produção, priorizando médias, pequenas e microempresas. No período, o PIB gaúcho cresceu acima do PIB nacional.

A oposição transforma a Assembleia Legislativa em sua principal trincheira. Lança o Fórum Democrático de Desenvolvimento para se contrapor ao OP e instala duas Comissões Parlamentares de Inquérito: CPI da Ford e CPI da Segurança. As denúncias foram arquivadas pelo Ministério Público.

Principais Projetos da Bancada

Projetos de lei

Torna o RS zona livre de transgênicos.

Autor: Elvino Bohn Gass

Arquivado.

Cria Frentes Emergenciais de Trabalho.

Autor: Roque Grazziotin

A proposta foi implementada pelo governo da Frente Popular com o nome de Coletivos de Trabalho.

Institui o passe livre interestadual no transporte coletivo para os trabalhadores gaúchos no dia 1º de maio de cada ano.

Autor: Ronaldo Zulke

Arquivado.

Institui o Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos no RS.

Autor: Luís Fernando Schmidt

Arquivado.

Institui incentivo para empresas que utilizam dejetos poluentes reciclados em seus processos produtivos.

Autor: Luís Fernando Schmidt

Arquivado.

Proíbe o uso de herbicida que contenha em sua fórmula o ingrediente 2,4 Diclorofenoxiacético.

Autor: Dionilso Marcon

Arquivado.

Cria a Semana Estadual das Águas.

Autora: Cecília Hypolito

Aprovado - Lei 11.575, 2001.

Obriga a inclusão de negros nas propagandas oficiais.

Autor: Edson Portilho

Aprovado - **Lei 11.572**, de 2001.

Torna automático o cadastramento de mulheres e jovens maiores de 16 anos no Bloco do Produtor, talão de notas fiscais dos produtores rurais.

Autor: Elvino Bohn Gass

Aprovado - **Lei 11.571**, de 1999.

Estabelece o controle sobre a poluição gerada pela queima e manuseio da gasolina.

Autor: Paulo Pimenta

Aprovado - **Lei 11.426**, de 1999.

Regulamenta áreas ocupadas por remanescentes de quilombos.

Autor: Edson Portilho

Aprovado - **Lei 11.731**, de 2002.

Institui o Dia Estadual de Luta contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Autora: Maria do Rosário

Aprovado - **Lei 11.642**, de 2001.

Recomenda o uso de software livre em órgãos públicos estaduais.

Autor: Elvino Bohn Gass

Aprovado - **Lei 11.871**, de 2002.

Institui o Dia do Cinema Gaúcho.

Autor: Ronaldo Zulke

Aprovado - **Lei 11.859**, de 2002.

Proíbe a instalação de novas praças de pedágio.

Autor: Roque Grazziotin

Rejeitado.

Constitui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Autora: Maria do Rosário

Retirado.

Determina à autoridade policial e órgãos de segurança busca imediata de pessoas desaparecidas menores de 16 anos ou portadoras de deficiência mental e/ou sensorial.

Autora: Maria do Rosário

Aprovado - **Lei 11.810**, de 2002.

Cria o Conselho Estadual de Biotecnologia.

Autor: Dionilso Marcon

Arquivado.

Estabelece o teor máximo de concentração de flúor nas águas minerais e purificadas comercializadas no RS.

Autor: José Gomes

Arquivado.

Institui o Dia Estadual Contra a Tortura.

Autor: Roque Grazziotin

Aprovado - **Lei 11.726**, de 2002.

Estabelece avaliação psicológica periódica de integrantes da Brigada Militar, Polícia Civil e Superintendência de Serviços Penitenciários.

Autor: José Gomes

Arquivado.

Garante atendimento integral às vítimas de violência sexual.

Autora: Cecília Hypolito

Arquivado

Institui a Semana Estadual de Conscientização e Combate à Obesidade no RS.

Autor: Edson Portilho

Aprovado - **Lei 12.005**, de 2002.

Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação e preferência sexual.

Autor: Roque Grazziotin

Aprovado - **Lei 11.872**, de 2002.

Estabelece graduação e penalidade para crimes ambientais.

Autora: Cecilia Hypolito

Aprovado - **Lei 11.877**, de 2002.

Projetos de Emenda Constitucional

Proíbe o voto secreto na Assembleia Legislativa.

Autor: Roque Grazziotin

Rejeitado pela Assembleia Legislativa. A proposta foi reapresentada em 2006 pelo deputado Kalil Sebbe (PDT).

Adão
Villaverde



Dionilso
Marcon



Edson
Portilho



Elvino
Bohn Gass



Estilac
Xavier



Fabiano
Pereira



Flavio
Koutzii



Frei
Sergio



Ivar
Pavan



Luís
Fernando
Schmidt



Raul Pont



Ronaldo
Zulke



Sérgio
Stasinski



Miriam
Marroni*



Quinta Bancada

2003 - 2006

Governador: GERMANO RIGOTTO (PMDB)

*Suplente que assumiu durante a legislatura:



Contexto Histórico

Renúncia fiscal aumenta e programas sociais encolhem

O governo Rigotto retoma a política de incentivos fiscais, nos mesmos moldes praticados pelo governo Britto. Em 2003, o governo do Estado promove a famosa “farra de setembro”, que resulta em bilhões em novos benefícios para grandes empresas, via Fundo Operação Empresa (Fundopem).

No final de 2004, o governo desfere um tarifaço na população, aumentando em cinco pontos percentuais o ICMS da energia elétrica, serviços telefônicos e combustíveis. Esta medida, combinada com o corte dos créditos tributários das empresas exportadoras, elevou a receita do tributo em R\$ 2 bilhões nos 12 meses de vigência do aumento. Apesar disso, os principais programas sociais do Estado sofrem drásticas reduções ou são completamente paralisados. Só na saúde, o governo deixou de aplicar no período, cerca de R\$ 1,6 bilhão, remetendo parte deste valor para programas ou secretarias que não têm relação com o Sistema Único de Saúde. A bancada do PT apresenta denúncia ao Ministério Público, que recomenda a aplicação de 12% da receita líquida de impostos e transferências.

A segurança pública, carro-chefe da campanha do PMDB, vive em permanente crise. As chefias das polícias colecionam erros e trapalhadas, vitimando inocentes. Além disso, há um aumento do número de mortes de policiais em serviço.

Principais Projetos da Bancada

PL 244/2003 – Dispõe sobre **publicação trimestral de dados sobre a segurança pública** e dá outras providências.

Autor: Flávio Koutzii

Arquivado.

PL 329/2003 – Institui a **Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas** e dá outras providências.

Autor: Frei Sérgio

Arquivado.

PL 119/2005 - Dispõe sobre a **produção, circulação e comercialização da uva, do vinho e derivados** da uva e do vinho, **cria** o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado - **Fundovitis** e da outras providências.

Autor: Estilac Xavier

Aprovado, mas vetado pelo Governador.

PL 157/2003 – Dispõe sobre a **Política Estadual de Agroindústria Familiar** e dá outras providências.

Autor: Ivar Pavan

Arquivado.

PL 151/2005 – **Veda a cobrança de assinatura básica pelas concessionárias prestadoras de serviços de telefonia** fixa e móvel no Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Raul Pont

Aprovado - Lei 14.150/2012

PL 263/2005 – Dispõe sobre o estabelecimento de **política para incentivo à inovação tecnológica** e dá outras providências (LIT).

Autor: Adão Villaverde

Arquivado.

PL 179/2003 – Estabelece **compensação e incentivo financeiro** aos pequenos proprietários rurais cujas glebas, possuam área de **pre-servação** permanente.

Autor: Fabiano Pereira
Arquivado.

PL 78/2006 – Dispõe sobre a **publicidade da execução dos contratos de concessão** dos serviços de operação e exploração de rodovias do Sistema Rodoviário Estadual.

Autor: Raul Pont
Arquivado.

PL 118/2005 – Institui a **Política Estadual de Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** no Estado do Rio Grande do Sul. (Prejudicado pela aprovação do Projeto de Lei nº 118/2005)

Autora: Miriam Marroni
Arquivado.

PL 137/2004 - Dispõe sobre a **produção, circulação e comercialização da uva, do vinho** e dos derivados da uva e do vinho e **cria** o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado – **FUNDOVITIS**, e dá outras providências.

Autor: Estilac Xavier
Arquivado.

PL 224/2003 – **Assegura ao proprietário de veículo automotor e cargas, furtado ou roubado, o direito a pronta busca e recuperação**, e dá outras providências.

Autor: Luiz Fernando Schimidt
Arquivado.

PL 158/2005 - **Declara Sepé Tiaraju como herói Guarani Missioneiro Rio-grandense** e dá outras providências.

Autor: Frei Sérgio
Aprovado - Lei 12.366/2005

PL 204/2003 – Dia da Comunidade Polonesa.

Autor: Sérgio Stasinski

Aprovado - Lei 11.949/2003

PL 411/2003 – Dispõe sobre os **serviços de abrigo aos usuários do SUS** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor: Flávio Koutzii

Arquivado.

PL 85/2003 – Dispõe sobre o **subsídio aos encargos e a garantia de operações de crédito para a agricultura familiar** e dá outras providências.

Autor: Dionilso Marcon

Arquivado.

PL 240/2003 – Dispõe sobre a **reserva de cotas para afrodescendentes** no provimento de cargos efetivos em concursos públicos dos Poderes do Estado.

Autor: Edson Portilho

Arquivado.

PL 362/2003 – Institui a Política de Desenvolvimento Estadual e Regional através dos **Sistemas Locais de Produção**, e dá outras providências.

Autor: Ronaldo Zulke

Arquivado.

PL 393/2003 – Institui a **Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária** no Estado e dá outras providências.

Autor: Elvino Bohn Gass

Aprovado, mas vetado pelo governador.

PL 2/2004 – Fica criado o **Cadastro Estadual de Foragidos**, e dá outras providências.

Autor: Fabiano Pereira

Arquivado.

PL 155/2006 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de **sensores eletrônicos nas praças de pedágio** no Estado do Rio Grande do Sul.

Autora: Miriam Marroni
Arquivado.

PL 232/2005 – Dispõe sobre o **Plano Safra Anual** no âmbito da Política Agrícola do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autor: Elvino Bohn Gass, porém foi assumido pelos parlamentares da Comissão de Agricultura.
Aprovado - Lei 13.590/2010

PL 136/2004 – **Extingue o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar – FEPPA**, e dá outras providências.

Autor: Raul Pont
Arquivado.

RDI 44/2005 – Requer a **sustação das medidas de restrições de crédito tributário para o setor exportador**.

Autoria: Bancada do PT
Arquivado.

Adão
Villaverde



Daniel
Bordignon



Dionilso
Marcon



Elvino
Bohn Gass



Fabiano
Pereira



Ivar
Pavan



Marisa
Formolo



Raul Pont



Ronaldo
Zulke



Stela
Farias



Júlio
Quadros*



Luís
Fernando
Schmidt*



Cecília
Hypolito*



Sexta Bancada

2007 - 2010

Governador: Yeda Crusius (PSDB)

*Suplentes que assumiram durante a legislatura:



Contexto Histórico

Governo Yeda aprofunda o desmonte do Estado com o choque de gestão

O governo de Yeda Crusius assumiu com o discurso do “choque de gestão”, que pretendia diminuir a máquina pública, prevendo o corte de despesas e “racionalização da receita”. Antes mesmo de assumir, Yeda propôs ao parlamento um corte de despesas e aumento de ICMS, rompendo com sua promessa de campanha de não aumentar impostos. No parlamento, o PT denunciou o “tarifaço”, que foi derrotado por 28 a 24 votos ainda em 29 de dezembro de 2006.

O resultado dessa política foi a estagnação da economia gaúcha e a precarização dos serviços públicos, especialmente na saúde, educação e segurança pública. O governo Yeda foi um dos mais impopulares do RS, marcado por diversas denúncias de corrupção, o que levou a ALRS, a instaurar, em 2009, a CPI da Corrupção para investigar as denúncias. A CPI foi presidida pela deputada Stela Farias.

Foi nesta legislatura que o PT foi eleito pela primeira vez à presidência da ALRS com a indicação do deputado Ivar Pavan. Um dos eixos da gestão foi a aproximação do Parlamento gaúcho com a sociedade e a elaboração do Plano Diretor da AL, o que permitiu qualificar o trabalho administrativo. A presidência do PT ampliou os mecanismos de transparência, com a instituição da TV Assembleia em sinal de TV aberta, mais uma opção para a população acompanhar as atividades parlamentares.

Principais Projetos da Bancada

PL 291/2007 – Estabelece o controle de enriquecimento ilícito de agentes públicos.

Autor: Adão Villaverde

Aprovado - Lei 12.980/2008

PL 11/2010 – Dispõe sobre a destinação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta do Rio Grande do Sul.

Autor: Adão Villaverde

Aprovado - Lei 15.185/2018

PL 216/2007 – Dispõe sobre a organização e a integração dos serviços públicos de segurança no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de Áreas Integradas de Segurança Pública – AISPs – e da construção de uma Rede Estadual de Proteção Social.

Autor: Daniel Bordignon

Arquivado.

PDL 13/2007 – Convoca plebiscito sobre a prorrogação das concessões rodoviárias pelo Estado do Rio Grande do Sul (pedágios).

Autor: Dionilso Marcon

Arquivado.

PL 417/2007 – Institui o Selo Biocombustível Sustentável da Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor: Elvino Bohn Gass

Aprovado - Lei 13.185/2009

PL 173/2007 – Estabelece políticas gerais para a eleição e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor: Fabiano Pereira

Arquivado.

PL 340/2007 – Institui a **Política Estadual de Agroindústria Familiar** do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Ivar Pavan
Arquivado.

PL 326/2007 – Institui a **Política Estadual de Coletivos de Trabalho** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autora: Marisa Formolo
Aprovado - Lei 13.985/2012

PL 205/2009 – Assegura **alimentação saudável e adequada para todos os usuários de serviços públicos** e acolhidos em instituições de internação e dá outras providências.

Autora: Marisa Formolo
Aprovado – Lei 13.845/2011

PL 21/2010 – Institui a **Política Estadual de Prevenção e Combate às Doenças Associadas aos Distúrbios Alimentares** como bulimia, anorexia e obesidade mórbida e dá outras providências.

Autor: Raul Pont
Aprovado – Lei 13.728/2011

PL 113/2007 – Dispõe sobre o **fornecimento mínimo de água às famílias de baixa renda**, conforme o disposto na Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007 e dá outras providências.

Autor: Ronaldo Zulke
Arquivado.

PL 213/2007 – **Institui as Agências de Região Hidrográfica** no Estado do Rio Grande do Sul, regulamentando o disposto no artigo 20 da Lei Estadual nº 10.350 de 30 de dezembro 1994.

Autor: Ronaldo Zulke
Arquivado.

PL 198/2007 – Dispõe sobre o **registro e divulgação dos índices de violência contra a mulher** no Estado do Rio Grande do Sul.

Autora: Stela Farias

Aprovado – Lei 12.954/2008

PL 449/2007 - Institui a **Política Estadual de Serviços Ambientais** do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Ivar Pavan

Arquivado.



Adão
Villaverde



Aldacir
Oliboni*



Alexandre
Lindenmeyer



Altemir
Tortelli



Ana
Affonso



Daniel
Bordignon



Edgar
Pretto



Jeferson
Fernandes*



Luis
Fernando
Schmidt*



Luis
Lauermann



Luiz
Fernando
Mainardi



Marcos
Daneluz *



Marisa
Formolo



Miriam
Marroni



Nelsinho
Metalúrgico



Raul
Pont



Stela
Farias



Valdeci
Oliveira



Zilmar
Rocha*



Sétima Bancada 2011 - 2014

Governador: Tarso Genro (PT)

*Suplentes que assumiram durante a legislatura:



Contexto Histórico

O Estado como promotor de políticas de desenvolvimento, bem-estar e inclusão social

Na contramão dos governos neoliberais, os governos Dilma Rousseff e Tarso Genro avançaram no fortalecimento do Estado como promotor do desenvolvimento social e econômico, fortalecendo os bancos públicos e as empresas públicas nas áreas de energia, saneamento e infraestrutura, garantindo serviços públicos de qualidade, a preços subsidiados para a população e o Estado como agente indutor de políticas de desenvolvimento. Foi no governo Tarso que a política de desenvolvimento foi retomada, com a criação da Política Industrial aliando setores tradicionais da economia às novas oportunidades e inovações. O Plano Safra Estadual articulou incentivos voltados à agricultura familiar, setores da agropecuária e desenvolvimento rural. Também nesse período foram implantadas políticas de Microcrédito que alcançaram mais de 60 mil empreendedores em 433 municípios. Mesmo com a profunda crise mundial, o Brasil cresceu 19,9% no período de 2008 a 2013, com as reservas internacionais saindo de US\$ 16,3 bilhões (2002) para US\$

374,1 bilhões (2014). Foi no governo Tarso Genro que o salário mínimo regional (criado no governo Olívio Dutra) teve uma valorização real de 28,3% no período de 2011 a 2015.

Nessa legislatura o PT teve a sua mais numerosa bancada destes 35 anos de história, com 14 parlamentares, constituindo-se numa importante base de sustentação do governo Tarso. Como maior bancada do Legislativo, pela segunda vez o PT é eleito à presidência da Casa, em 2011, com o deputado Adão Villaverde (PT).

Além da sustentação do governo Tarso na ALRS, a Bancada do PT atuou no apoio ao governo Dilma Rousseff, primeira presidenta eleita do Brasil, período em que o RS conquistou importantes recursos e políticas públicas. Foram mais de 400 mil famílias atendidas pelo Bolsa-Família. O Brasil Carinhoso contemplou quase 400 mil famílias gaúchas. Na saúde, o Programa Mais Médicos distribuiu 1.285 vagas em 381 municípios.

Principais Projetos da Bancada

PLC 155/2013 – Lei Kiss. Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Adão Villaverde

Aprovado - Lei 14.376/2013

PL 159/2012 – Institui a **Política Estadual de Incentivo às Mídias Locais e Regionais** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Aldacir Oliboni

Aprovado – Lei 14.541/2014

PL 148/2013 – Dispõe sobre a **divulgação do número de telefone gratuito Escuta Lilás voltado ao enfrentamento à violência contra a mulher** e dá outras providências.

Autor - Aldacir Oliboni

Aprovado – Lei 14.536/2014

PL 96/2014 – Institui a **Política Estadual Sobre Pessoas Desaparecidas** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor – Aldacir Oliboni

Aprovado – Lei 14.682/2015

PL 70/2011 – Institui a **Semana Estadual do Autismo** e dá outras providências.

Autor - Alexandre Lindenmeyer

Aprovado – Lei 13.798/2011

PL 297/2011 – Institui a **Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural** através da Qualificação da Oferta Educacional e dá outras providências.

Autor - Altemir Tortelli

Aprovado – Lei 14.278/2013

PL 213/2012 – Institui a **Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica** e dá outras providências.

Autor - Altemir Tortelli

Aprovado – Lei 14.486/2014

PL 179/2012 – Institui a **Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher** no Estado do Rio Grande do Sul denominada Observa Mulher-RS.

Autora - Ana Affonso

Aprovado – Lei 14.353/2013

PL 180/2012 – Institui a **Política de Atendimento Integrado às mulheres vítimas de violência.**

Autora - Ana Affonso

Aprovado – Lei 14.352/2013

PL 410/2013 – Institui a **Política Estadual de Cultura Viva**, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes Grupos e Coletivos e dá outras providências.

Autora - Ana Affonso

Aprovado – Lei 14.663/2014

PL 55/2012 – Fica **proibida a renovação dos contratos de concessão de Polos Rodoviários**, e dá outras providências.

Autor - Daniel Bordignon

Arquivado.

PL 66/2011 – Dispõe sobre o **Sistema Unificado Estadual de Saúde Agroindustrial Familiar**, Artesanal e de Pequeno Porte SUSAF-RS e dá outras providências.

Autor - Edegar Pretto

Aprovado – Lei 13.825/2011

PL 107/2012 – **Assegura ao cônjuge** ou à pessoa em união estável do consumidor responsável pela unidade consumidora o **direito de fazer constar na fatura de serviços o seu nome** e dá outras providências.

Autor - Edegar Pretto
Aprovado – LEI 14.590/2014

PL 149/2011 – Dispõe sobre o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio Grande do Sul** e dá outras providências (Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico em sintonia com o Ministério do Meio Ambiente).

Autor - Jeferson Fernandes
Em tramitação – CCJ

PL 201/2011 – Dispõe sobre a **comercialização de banana “in natura”** no Estado do Rio Grande do Sul (padroniza a comercialização de banana).

Autor - Jeferson Fernandes
Aprovado – Lei 13.898/2012

PEC 206/2011 – Acrescenta um novo artigo, art. 247-A, à Seção II do Capítulo III, do Título VII da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que **dispõe sobre a água como um serviço público essencial à vida** e dá outras providências.

Autor - Luís Fernando Schmidt
Arquivada.

PL 8/2013 – Cria as diretrizes que consolidam a **Política Estadual de Atenção Integral a pessoas com diagnóstico de obesidade e sobrepeso**.

Autor - Luís Lauermann
Arquivado.

PL 206/2014 – **Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais** do Estado e dá outras providências.

Autor - Luiz Fernando Mainardi
Em tramitação – CCJ

PL 87/2013 – Altera o “caput” do art. 1º da Lei Estadual nº 12.882, de 04 de janeiro de 2008, que Institui o Programa Estadual de **Apoio ao**

Transporte Escolar no Rio Grande do Sul – PEATE/RS.

Autor - Marcos Daneluz

Arquivado.

PL 163/2013 – Altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 13.088, de 12 de dezembro de 2008, para **estabelecer a marcação de horário individual para prestação de exame de Direção Veicular** junto ao DETRAN/RS.

Autor - Marcos Daneluz

Arquivado.

PL 116/2012 – Estabelece Diretrizes para a **Política Estadual de Atenção Integral a Saúde das Pessoas com Diagnóstico de Doença Renal.**

Autora - Marisa Formolo

Aprovado – Lei 14.592/2014

PL 165/2012 – Estabelece o **fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia** e dá outras providências.

Autora - Marisa Formolo

Aprovado – Lei 14.608/2014

PL 400/2011 – Institui a **Política Estadual de Direitos Humanos e Assistência a filhos(as) de Apenadas** e dá outras providências.

Autora - Miriam Marroni

Aprovado – Lei 14.842/2016

PL 444/2011 – Institui a **Política Estadual de Pontos Populares de Trabalho** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Nelsinho Metalúrgico

Aprovado – Lei 15.252/2019

PL 96/2013 – Altera a redação da Lei nº 7.877 de 28 de dezembro de 1983, que **dispõe sobre o Transporte de Cargas Perigosas** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Nelsinho Metalúrgico
Aprovado – Lei 14.870/2016

PEC 208/2011 – Altera o Artigo 201, § 3º da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo a **aplicação de 0,5% da receita líquida de impostos próprios prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público** e, através de crédito educativo e de bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário, cabendo à lei complementar regular a alocação e fiscalização desse recurso).

Autor - Raul Pont
Aprovada – EC 66/2012

PEC 209/2011 – Altera os Artigos 199 e 206 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (**oferta de cursos regulares no ensino superior público**).

Autor - Raul Pont
Aprovada – EC 64/2012

PL 118/2014 – Dispõe sobre as formas de **registro e divulgação dos dados de violência contra crianças, idosos, negros, mulheres, índios homoafetivos e pessoas com deficiências** no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Autora – Stela Farias
Aprovado – Lei 14.897/2016

PL 53/2014 – Institui no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a **Semana Estadual do Uso Racional de Medicamentos**.

Autor - Valdeci Oliveira
Aprovado – Lei 14.627/2014

Adão
Villaverde



Altemir
Tortelli



Edegar
Preto



Jeferson
Fernandes



Luiz
Fernando
Mainardi



Miriam
Marroni



Nelsinho
Metalúrgico



Stela
Farias



Tarcísio
Zimmermann



Valdeci
Oliveira



Zé Nunes



Oitava Bancada

2015 - 2018

Governador: José Ivo Sartori (PMDB)



Contexto Histórico

A reação conservadora de extrema direita e o aprofundamento neoliberal

O Brasil ingressa num período de profunda crise política a partir da aliança entre forças conservadoras, o grande capital internacional, grupos de direita e extrema direita para criminalizar a agenda progressista no Brasil e destituir os governos populares, voltados para o fortalecimento do Estado social e de caráter redistributivo. É nesse período que ocorre o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma, reeleita em 2014, que teve seu segundo mandato paralisado, sendo destituída em 2016. Em 2022, Dilma foi inocentada por unanimidade pelo TRF-2ª Região da acusação de “pedalada fiscal”, argumento usado para executar o impeachment político. É neste período do governo Temer que inicia o desmonte estrutural do Estado brasileiro e das legislações de proteção aos trabalhadores e pensionistas. É o período em que a reforma trabalhista foi aprovada e iniciada a reforma previdenciária, desmontando conquistas históricas para trabalhadores e aposentados, conquistas vigentes desde os anos 1930, quando Getúlio Vargas cria a CLT.

No RS, o governo Sartori retoma políticas voltadas para os grandes, com a extinção de secretarias importantes como a do Desenvolvimento Rural e a de Políticas Públicas para as mulheres, e de 10 fundações estratégicas, como a Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Zoobotânica, Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e a Feeps. Sartori também tenta, sem sucesso, aprovar na ALRS a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Sulgás. Programas de fomento foram desativados, o Polo Naval foi desmantelado sem nenhuma política do governo para enfrentar esse desmonte e garantir meios para a sustentabilidade do trabalho. As políticas para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, pescadores, quilombolas e indígenas foram esvaziadas.

Na ALRS, o PT permanece como a maior bancada eleita, com 11 parlamentares. Como bancada de oposição, torna-se um espaço relevante de resistência e denúncias sobre o desmonte do Estado Social, liderado por Sartori, levando ao fim de programas e políticas públicas e consequente precarização de serviços. É também por iniciativa da bancada do PT (deputada Stela Farias) que foi criada a Procuradoria da Mulher (2015). Nessa legislatura o PT é eleito pela terceira vez à presidência da Casa com o deputado Edegar Pretto, que assume como presidente e também governador do Estado interino (22/12/17 a 26/12/2017).

Principais Projetos da Bancada

PL 295/2015 – Dá nova redação ao Art. 5º, da Lei Estadual n. 12.585, de 29 de agosto de 2006 (**ampliar o limite de saques dos depósitos judiciais**).

Autor – Bancada
Arquivado.

PL 236/2015 – **Institui a Parada Gaúcha do Orgulho Louco** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Adão Villaverde
Aprovado – Lei 14.783/2015

PL 43/2015 – Inclui a **Romaria dos Motociclistas de Paim Filho** no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor - Altemir Tortelli
Aprovado – Lei 14.839/2016

PL 44/2015 – Estabelece a **obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados** no Rio Grande do Sul.

Autor - Edegar Pretto
Em tramitação - CCJ

PL 234/2016 – Dispõe sobre a **publicização das desonerações fiscais** no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, visando a transparência.

Autor - Jeferson Fernandes
Em tramitação - CCJ

PL 264/2017 – Institui a **Política Estadual de Redução de Agrotóxicos** – PERAGRO e dá outras providências.

Autor - Jeferson Fernandes
Em tramitação - CCJ

PL 123/2015 – Dispõe sobre o **Direito ao Aleitamento Materno**, e dá outras providências.

Autor - Luiz Fernando Mainardi

Aprovado - Lei 14.760/2015

PL 242/2015 – Institui a **Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento às Pessoas com Doenças Raras**.

Autor - Luiz Fernando Mainardi

Aprovado - Lei 15.353/2019

PL 72/2017 – Permite a celebração de convênio com entidade representativa da **cadeia produtiva de ovinos** para que esta desenvolva os projetos pertinentes através de apoio à pesquisa, assistência e capacitação técnicas, ao fomento, e de programas, projetos de inovação, infraestrutura e reconversão no **FUNDOVINOS**.

Autor - Luiz Fernando Mainardi

Aprovado - Lei 15.823/2021

PL 87/2015 – Cria a **Política Estadual de Incentivo a Doação de Sangue**.

Autora - Miriam Marroni

Arquivado.

PL 135/2017 – **Plano de implementação da Escola de Tempo Integral** que irá assegurar às crianças em situação de vulnerabilidade social a prioridade nas vagas de ensino fundamental em horário integral.

Autora - Miriam Marroni

Arquivado

PL 140/2015 – Estabelece como **critério de concessão do benefício da Tarifa Social/RS** de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de energia elétrica a inscrição do(a) cidadão(ã) postulante ao benefício no Cadastro Unificado dos Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Autor – Nelsinho Metalúrgico

Arquivado.

PL 392/2015 – Altera a redação da Lei nº 13.960 de 27 de Março de 2012 que **dispõe sobre o reajuste dos pisos salariais** no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor – Nelsinho Metalúrgico
Arquivado.

PL 222/2017 – Institui a **Política Estadual de Cuidados Paliativos** e dá outras providências.

Autora - Stela Farias
Aprovado - Lei 15.277/2019

PL 481/2015 – Estabelece **tratamento tributário diferenciado e favorecido para a micro e minigeração de energia elétrica** e dá outras providências.

Autor - Tarcísio Zimmermann
Arquivado.

PL 37/2016 – Dispõe sobre o **consumo da alimentação oferecida no âmbito dos programas de alimentação escolar, por parte dos professores e demais servidores**, em efetivo exercício na rede pública de ensino no Estado do Rio Grande do Sul, como prática educativa e de integração comunitária.

Autor - Tarcísio Zimmermann
Arquivado

PL 258/2015 – Institui **“Campanha Estadual de Informação do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e da Dislexia na educação básica”** e dá outras providências.

Autor - Valdeci Oliveira
Aprovado - Lei 15.212/2018

PL 308/2015 – **Cria Comitês Estadual, Regionais e Municipais de Mobilização, Fiscalização e Prevenção à Dengue** e no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor - Valdeci Oliveira
Aprovado – Lei 14.847/2016

PL 112/2016 – Dispõe sobre farmácia como estabelecimento de saúde, serviços e procedimentos de apoio farmacêuticos permitidos em farmácias de qualquer natureza no Estado do Rio Grande do Sul e adota outras providências.

Autor - Valdeci Oliveira

Aprovado – Lei 15.346/2019

PL 50/2016 – Institui a Semana do MentalTche.

Autor – Zé Nunes

Aprovado - Lei 15.215/2018

PL 5/2018 – Dispõe sobre a produção e a comercialização de queijos artesanais de leite cru e dá outras providências.

Autor – Zé Nunes

Aprovado - Lei 15.615/2021

PL 64/2018 - Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul a “Pesca Colaborativa entre pescadores artesanais e botos na Bacia do Rio Tramandaí”.

Autor – Zé Nunes

Aprovado – 15.546/2020



Edegar
Preto



Fernando
Marroni



Jeferson
Fernandes



Luiz
Fernando
Mainardi



Pepe
Vargas



Sofia
Cavedon



Stela
Farias*



Valdeci
Oliveira



Zé Nunes



Nona Bancada

2019 - 2022

Governador: Eduardo Leite (PSDB)

*Suplentes que assumiram durante a legislatura:



Contexto Histórico

A ameaça autoritária e antidemocrática e o projeto de destruição do País

O período foi marcado pelos quatro anos do governo Bolsonaro e Paulo Guedes, em que a destruição neoliberal aprofundou as desigualdades sociais. Os mais ricos acumularam mais riqueza, a classe média empobreceu e a “nova classe média” desapareceu em meio à destruição do emprego formal e o fim dos programas sociais. Com a pandemia da Covid-19 o Brasil tornou-se um dos países onde mais morreram pessoas proporcionalmente à sua população. A omissão deliberada, o negacionismo e a corrupção dos sistemas públicos atrasaram a compra da vacina para o País.

Em quatro anos, retrocedemos décadas, com o avanço do fascismo, do autoritarismo e de sucessivos ataques às instituições democráticas. O Brasil voltou ao mapa da fome, viu crescer o desemprego, ao mesmo tempo em que o presidente da República impôs sigilo de 100 anos sobre seus dados de vacinação e gastos dos cartões corporativos, enquanto no Congresso, sua base aliada criava o orçamento secreto com recursos retirados das políticas públicas.

No RS, o governo de Eduardo Leite aplicou o mesmo receituário neoliberal e recessivo de Bolsonaro e Guedes. Impôs aos gaúchos o Regime de Recuperação Fiscal, que congela investimentos e tira autonomia financeira do Estado. Promoveu uma política irresponsável de privatizações, vendendo a CEEE a preço de banana, a Sulgás e retirando da Constituição a exigência de plebiscito, facilitando o caminho para a privatização da Corsan e do Bannrisul. Ao mesmo tempo, manteve o Piso Salarial Regional praticamente congelado e não teve iniciativas para socorrer a agricultura diante da prolongada estiagem.

A Bancada do PT na ALRS, com nove mandatos, construiu a oposição aos governos Bolsonaro e Leite com outros partidos de esquerda e com os movimentos sociais e sindicais. No enfrentamento às privatizações, a Bancada participou ativamente da construção do plebiscito popular, disponibilizando a plataforma digital de democracia participativa <http://decidimrs.com.br>.

Diante da pandemia da Covid-19, a Bancada também apresentou importantes projetos buscando socorrer os setores mais atingidos pela crise pandêmica. Entre eles, a proposta de criação do Crédito Emergencial para a Agricultura Familiar (PL 115/2021); a proposição da renda básica emergencial gaúcha (PL 74/2020); a criação do Programa de Subsídio de Juros e o Fundo de Garantia de Crédito para MEIs, micro e pequenas empresas, profissionais autônomos e empreendimentos de economia solidária (PL 59/2021); a proposição de uma Política Estadual de Proteção às crianças e adolescentes órfãos da pandemia (PL 10/2022) e a Política Estadual de Prevenção às Remoções e Despejos no RS (PL 35/2022).

Principais Projetos da Bancada

PL 59/2021 - Dispõe sobre a criação do **Programa de Subsídio de Juros e o Fundo de Garantia de Crédito para MEIs, micro e pequenas empresas, profissionais autônomos e empreendimentos de economia solidária.**

Autoria – Bancada
Em tramitação - CCJ

PL 115/2021 – Dispõe sobre a **Criação de Crédito Emergencial para a Agricultura Familiar.**

Autoria – Bancada
Em tramitação – Comissão de Agricultura

PL 267/2021 – Institui política de **valorização dos pisos salariais regionais** do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria – Bancada
Em tramitação – CCJ

PL 10/2022 – Institui a **Política Estadual de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes em situação de orfandade decorrente da Covid-19** e dá outras providências.

Autoria: Bancadas do PT, PSOL e PDT
Em tramitação – CCJ

PL 35/2022 – Institui a **Política Estadual de Prevenção às Remoções e os Despejos** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria – Bancada
Em tramitação – CCJ

PL 487/2019 – **Reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas** como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor - Edegar Pretto
Aprovado - Lei 15.539/2020

PL 70/2020 – Máscara Roxa - Institui o recebimento de comunicação de violência doméstica e familiar contra a mulher, por intermédio de atendentes em farmácias e outros estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, em funcionamento durante a vigência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência do Covid-19 (novo coronavírus) e dá outras providências.

Autor - Edegar Pretto

Aprovado - Lei 15.5012/2020

PL 186/2019 – Dispõe sobre **Política Estadual para a Prevenção e Controle da Neoplasia Maligna** no Estado do Rio Grande do Sul.

Autor – Fernando Marroni

Aprovado – Lei 15.502/21

PL 203/2019 – Dispõe sobre a **obrigatoriedade da realização do “Teste do Quadril”** (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor – Fernando Marroni

Aprovado – Lei 15.591/21

PL 95/2020 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização por parte do estado de espaços de **acolhimento e abrigo emergencial às mulheres e dependentes vítimas de violência doméstica e familiar**, durante o período do isolamento social em função da pandemia da COVID-19.

Autor – Jeferson Fernandes

Aprovado – Lei 15.679/2021

PL 446/2021 – Institui a **Semana de Consciência Negra no Estado do Rio Grande do Sul**.

Autor – Jeferson Fernandes

Em tramitação - CCJ

PL 82/2019 – **Transparência dos dados para monitoramento da violência**.

Autor - Luiz Fernando Mainardi

Aprovado – Lei 15.610/2021

PL 324/2019 – Cria lastro de **garantia de direitos para os trabalhadores que prestam serviços terceirizados ao Poder Público Estadual.**

Autor - Luiz Fernando Mainardi
Em tramitação – CCJ

PL 378/2019 – Estabelece **critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores gaúchos** e dá providências correlatas (Transparência na Cobrança).

Autor - Pepe Vargas
Em tramitação – CCJ

PL 385/2019 – **Dispõe sobre os direitos dos pacientes** e dá outras providências.

Autor - Pepe Vargas
Em tramitação – Comissão de Serviços Públicos

PL 133/2021 – **Proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo** de qualquer natureza, **com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica**, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor - Pepe Vargas
Em tramitação – CCDH

PL 52/2019 – Estabelece a **promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres.**

Autora – Sofia Cavedon
Aprovado – Lei 15.484/2020

PL 105/2020 – Institui a **política emergencial de apoio ao setor cultural** por bancos e empresas públicas estaduais do RS.

Autora – Sofia Cavedon
Aprovado – Lei 15.674/2021

PL 111/2020 – Autoriza a **instituição de auxílio emergencial para instituições e espaços culturais** e dá outras providências.

Autora – Sofia Cavedon

Aprovado – Lei 15.564/2020

PL 282/2019 – Dispõe sobre o **uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura e lazer, por crianças e adolescentes sob guarda provisória, no processo de adoção.**

Autor – Valdeci Oliveira

Aprovado – Lei 15.617/2021

PL 333/2019 – Dispõe sobre a **realização de teste de triagem neonatal para todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde da rede pública** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor – Valdeci Oliveira

Aprovado – Lei 15.470/2020

PL 74/2020 – Institui a **Política Estadual de Renda Básica Emergencial** no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autor – Valdeci Oliveira

Tramitação suspensa durante o exercício da Presidência da ALRS

PL 245/2019 – **Institui a Região Turística da Costa Doce** no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor – Zé Nunes

Aprovado – Lei 15.545/20

PL 404/2021 – Institui a **Política Estadual de Apoio à Reciclagem de Resíduos Sólidos realizada por Catadores** no âmbito do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autor – Zé Nunes

Em tramitação - CCJ



Adão Pretto



Jeferson Fernandes



Laura Sito



Leonel Radde



Luiz Fernando Mainardi



Miguel Rossetto



Pepe Vargas



Sofia Cavedon



Stela Farias



Valdeci Oliveira



Zé Nunes



Décima Bancada

2023 - 2026

Governador: Eduardo Leite (PSDB)

Um tempo de esperança, inclusão e transformações

É com muita alegria e entusiasmo que apresento a nova Bancada do PT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para a 56ª Legislatura. Uma Bancada que se elegeu a partir de uma Federação Partidária, composta com o PV e o PCdoB.

Não só elegemos mais deputados e deputadas. O povo gaúcho nos deu a honra de, mais uma vez, sermos a maior bancada eleita, no exato momento histórico em que Lula volta a presidir o Brasil. E é com o coração cheio de esperança nesse novo tempo de democracia, de participação popular e de inclusão social que desejo muito sucesso à nossa 10ª Bancada.

Sabemos que as conquistas do próximo período exigirão muita capacidade de luta, diálogo e articulação política. Aqui no RS, seguiremos na linha de frente pela melhoria dos serviços públicos e em defesa do nosso estado, das nossas empresas e dos que mais precisam.

O novo governo de Eduardo Leite precisa recompor o pacto federativo com o Governo Federal, com Lula presidente, para enfrentar o crescimento da pobreza e da fome, ampliar os serviços de saúde, educação e segurança, aumentar o investimento público e retomar uma agenda de desenvolvimento, sem necessidade da venda do nosso patrimônio público. Bandeiras essas que fazem parte do projeto inclusivo, generoso e igualitário que tive a honra de representar, como candidato a governador, no pleito deste ano. Seguiremos caminhando juntos: com os pés na luta e no parlamento!

Edegar Pretto





Expediente:

Bancada do PT na Assembleia RS

Líder da Bancada:

Pepe Vargas

Vice-líder da Bancada:

Luiz Fernando Mainardi

Líder Partidário:

Fernando Marroni

Vice-líder Partidária:

Sofia Cavedon

Deputados e Deputadas:

**Edegar Pretto, Fernando Marroni,
Jeferson Fernandes, Luiz Fernando Mainardi,
Pepe Vargas, Stela Farias, Sofia Cavedon,
Valdeci Oliveira e Zé Nunes**

Coordenação Geral:

Mari Perusso

Coordenação Técnica:

Zelmute Marten

Coordenação de Comunicação:

Eliane Silveira

Coordenação de Plenário:

Ricardo Frohlich

Assessoria Técnica e Administrativa:

Ademir Pereira, Altemir Tortelli, Aniger Oliveira, Antônio Avelange, Ariane Leiton Darcy P. Gonzales de Moraes, Demilson Fortes, Diego Severo, Elifas Simas, Elton Scapini, Fabíola Papini, Felipe Leal, Gilson Gruginskie, Jorge Ussan, Luíza Maffei de Sousa, Marcelo Gayardi, Paola Carvalho, Sheila Batista, e Vera Amaro

Produzido pela Assessoria de Comunicação - Equipe PTSul

Pesquisa: Elton Scapini e Gilson Gruginskie

Redação: Denise Mantovani (MTb 7548) e Eliane Silveira (MTE 7193)

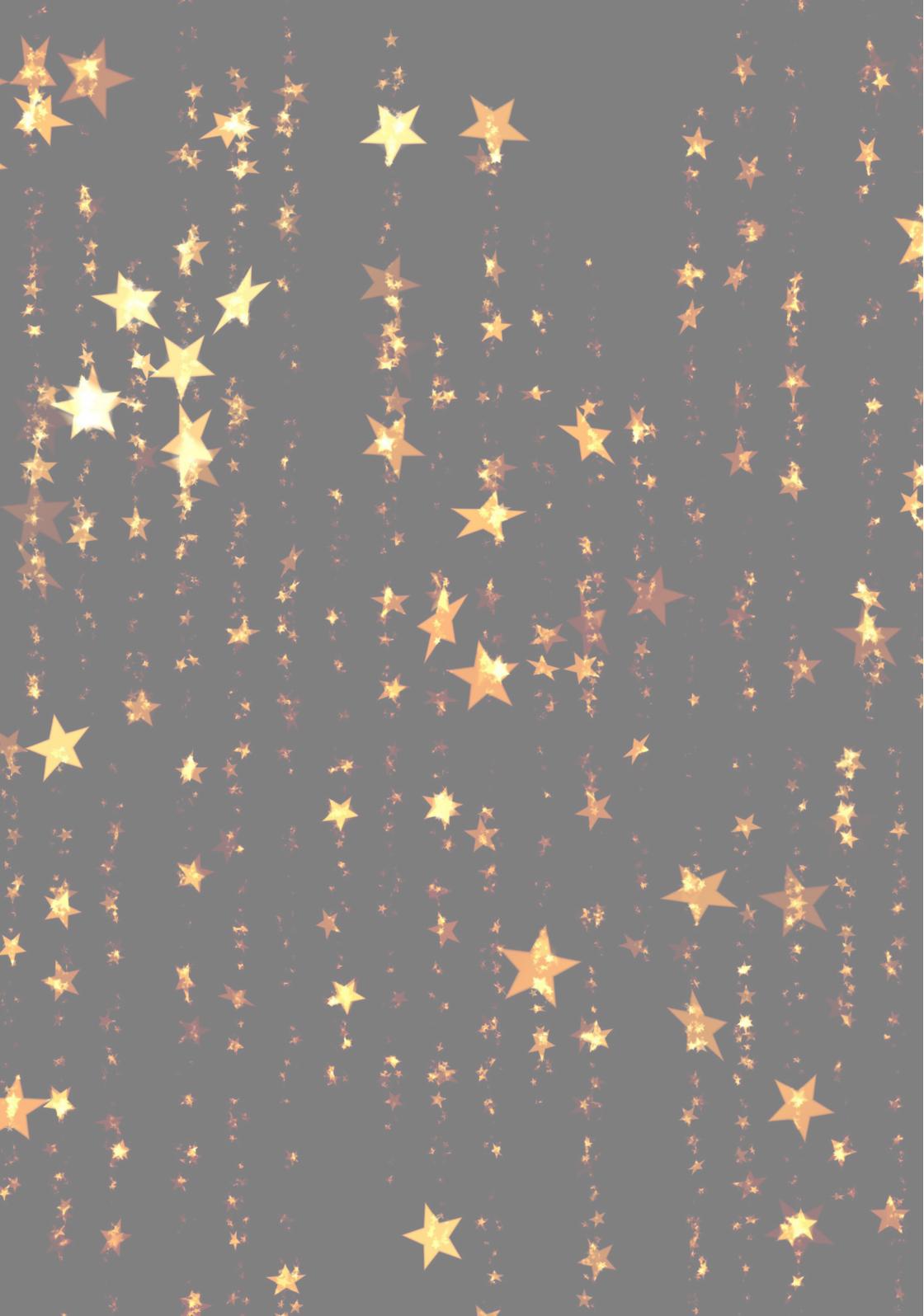
Revisão: Claiton Stumpf (MTB 9747), Greice Nichele e Raquel Wünsch (MTE 12867)

Projeto Gráfico e Diagramação: Renato Oliveira Pereira

Logomarca comemorativa: TiTo

Edição de Fotografia: Greice Nichele e Vanessa Vargas

Crédito das imagens: Banco de Dados, Joaquim Moura, Greice Nichele e Vanessa Vargas



PT *Sul*

★ ★ ★ 35 ANOS ★ ★ ★

BANCADA DO PT NA ALRS

Endereço:

Praça Marechal Deodoro, 101/506
Porto Alegre-RS | Fones: (51)3210-2913

(Bancada) e (51)3210-1123 (Imprensa)

E-mail: bancadaptsul@gmail.com

www.ptsul.org.br